



Secretaria de Estado da Educação

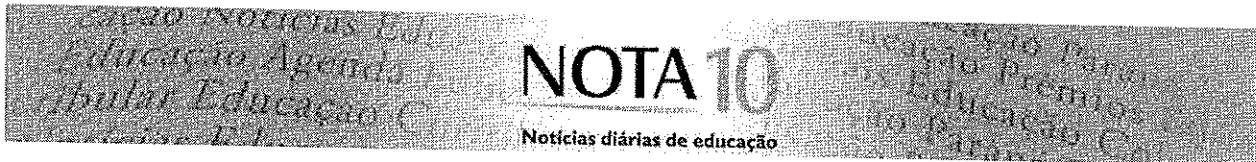
CLIPPING

04 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|--------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Diplomas | | Página: Online |



Diplomas estrangeiros poderão ter revalidação simplificada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado aprovou ontem (3) proposta que simplifica a revalidação de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras cuja excelência seja atestada e declarada pelo Poder Público brasileiro.

O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011, do senador Roberto Requião (PMDB-PR) será votado em turno suplementar, e depois seguirá direto para a Câmara dos Deputados, sem passar pelo plenário do Senado. O substitutivo eliminou a possibilidade de "reconhecimento automático", contida na proposta original.

Com a aprovação do texto, diplomas de universidades estrangeiras, cuja excelência seja atestada e declarada pelo órgão responsável pela coordenação da política nacional de educação, não precisarão ser analisados individualmente por uma comissão, como acontece atualmente.

Para auxiliar essa análise, o poder público divulgará, anualmente, relação de cursos, instituições e programas de ensino estrangeiros de excelência, acompanhada de instrução de procedimentos e orientações para a tramitação célere dos processos de revalidação.

De acordo com texto do relator na CE, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), os processos de revalidação ou reconhecimento de diplomas de graduação deverão ser feitos por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área, ou equivalente, observando os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação e parâmetros de qualidade e prazos definidos em colaboração com o órgão responsável pela avaliação dos cursos de graduação do país.

Já os diplomas de mestrado e doutorado, expedidos por instituições ou cursos estrangeiros, só serão reconhecidos mediante processo de avaliação feito por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Sisu | | Página: Online |



Hoje, quarta-feira, é o último dia para se inscrever no Sisu

Os candidatos a uma vaga no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) têm até hoje (4) para se inscrever. Para participar, é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado e não ter zerado a redação. As inscrições devem ser feitas no site do Sisu até as 23h59.

Até as 19h de ontem, 861.405 candidatos haviam feito a inscrição, segundo o Ministério da Educação (MEC). O número superou o total de inscritos da edição do Sisu do ano passado, quando foram registrados 788.819 candidatos.

Nesta segunda edição, são oferecidas 51.412 vagas em 1.447 cursos, distribuídos em 67 instituições federais e estaduais. Para o curso de medicina, a oferta é 1.374 vagas, enquanto nas engenharias há 8.707 vagas disponíveis. Do total, 41% das vagas serão destinadas às cotas e 3% a outros tipos de ações afirmativas próprias das instituições.

No momento da inscrição, será necessário informar o número de inscrição e da senha usados no Enem 2013. Caso o candidato não se lembre desses dados, poderá recuperá-los no site do Enem. Ao finalizar a inscrição, o sistema permite que o candidato imprima um comprovante.

O resultado da primeira chamada do Sisu será divulgado no dia 6 de junho e as matrículas ocorrerão de 9 a 13 de junho. A segunda chamada está prevista para o dia 24 de junho, com matrículas entre 27 de junho e 2 de julho. Os candidatos que não forem convocados nas duas chamadas poderão integrar a lista de espera.

O Sisu é o sistema informatizado do MEC no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Enem. A seleção tem duas edições a cada ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Sisu | | Página: Online |



SiSU tem mais de 490 mil inscritos até 19 horas de segunda

No primeiro dia de inscrição, a segunda edição do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) teve 491.112 inscritos até as 19 horas desta segunda-feira (2), informou o Ministério da Educação (MEC). Como cada candidato pode fazer até duas opções de curso, foram feitas 943.777 inscrições.

Nesta edição, o SiSU oferece 51.412 vagas em 1.447 cursos de 67 instituições de ensino federais e estaduais. Podem participar aqueles que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2013 e não zeraram a redação.

As inscrições ficam abertas até quarta-feira (4) e devem ser feitas no site do SiSU. O candidato que já tiver feito a inscrição pode consultar diariamente, até quarta, a nota de corte do curso que pretende fazer e alterar a escolha.

O resultado da primeira chamada do SiSU será divulgado sexta-feira (6) e as matrículas serão feitas do dia 9 ao dia 13. A segunda chamada está prevista para o dia 24 deste mês, com a matrícula entre os dias 27 deste mês e 2 de julho. Os candidatos que não forem convocados nas duas chamadas poderão integrar a lista de espera.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: R7 | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Sisu | Página: Online | |



Inscrição da seleção de meio de ano do Sisu termina hoje

Para participar do Sisu no segundo semestre é preciso ter feito o Enem em 2013

O prazo para inscrição dos estudantes que pretendem disputar vagas em faculdades públicas que aderiram ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada) terminará as 23h59 desta quarta-feira (4). As inscrições são feitas exclusivamente pela internet, na página do Sisu.

Até às 19h da última terça-feira (3), o programa registrava 861.405 inscritos. Segundo dados divulgados pelo MEC (Ministério da Educação), o número supera o total geral da mesma edição de 2013, quando foram registrados 788.819 candidatos.

Programa

O programa permitirá o ingresso de alunos em 51.412 vagas, distribuídas em 1.447 cursos de 67 instituições federais e estaduais. Para o curso de medicina, a oferta é de 1.374 vagas, enquanto nas engenharias há 8.707 vagas disponíveis.

Por meio do Sisu, as instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos que fizeram as provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Para participar da seleção do Sisu no segundo semestre é preciso ter feito a prova do Enem em 2013 e não ter tirado zero na redação. Ao se inscrever, o candidato pode fazer até duas opções de vagas.

A primeira chamada será divulgada na sexta-feira (6). As matrículas acontecem nos dias 9, 10, 11 e 13 de junho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|---------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: R7 | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: PNE | | Página: Online |



Câmara aprova PNE com obrigação da União de arcar com gastos da Educação

Texto também mantém Fies e ProUni nos 10% do PIB para a educação

A Câmara dos Deputados concluiu, nesta terça-feira (3), a votação do PNE (Plano Nacional de Educação) e manteve no texto o direcionamento de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para Educação.

No entanto, o texto permite que os recursos sejam usados em programas que reverterem o dinheiro para instituições privadas, como o Fies (Financiamento Estudantil), o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Ciências Sem Fronteiras.

Alguns partidos, como o PSB, defendiam que os 10% do PIB fossem investidos apenas na rede pública de ensino. No entanto, o governo saiu vitorioso e garantiu que o dinheiro também possa ser utilizado para financiar os programas que apoiam estudantes em universidades particulares.

Outro trecho polêmico que gerou discussão e foi mantido é o que obriga a União a se responsabilizar pelo custo de cada aluno matriculado na rede pública, caso os Estados e os municípios não consigam cumprir as metas de educação de qualidade.

Pela Constituição, os governos estaduais e as prefeituras são os responsáveis pela Educação Básica. Mas, o PNE aprovado estabelece que, se as unidades da federação não conseguirem manter o CAQ (Custo Aluno Qualidade), a União é obrigada a complementar o investimento e repassar o dinheiro para Estados e municípios.

O PMDB apresentou um destaque para modificar o texto básico e retirar a obrigação da União de manter o CAQ. O deputado Gastão Vieira (PMDB-BA) avalia que o texto cria uma responsabilidade fiscal para o governo federal sem prever a fonte dos recursos.

— Estamos criando um problema fiscal enorme para o governo. Eu não posso, regimentalmente, retirar o meu destaque, mas eu estou em paz com a minha consciência de ter feito alerta a todos os senhores do perigo de aprovar uma medida que não foi suficientemente discutida.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mesmo sendo contra o CAQ, Gastão Vieira cedeu ao apelo do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e abriu mão de discutir o destaque. O pedido foi feito para acelerar a votação, permitindo uma votação simbólica pela rejeição da emenda.

O PSOL comemorou a manutenção do CAQ, mas avaliou que a vitória não foi completa porque o dinheiro do PIB será revertido para rede privada. Segundo o líder do partido, Ivan Valente (SP), a educação de qualidade vai ficar prejudicada.

— O CAQ vai estar prejudicado porque não votamos o 10% do PIB exclusivo na rede pública.

Metas para 10 anos

O plano aprovado estabelece metas para melhorar a qualidade da educação no Brasil e serem cumpridas durante os próximos 10 anos.

Entre os objetivos, está garantir, até 2024, vagas em escolas públicas para todas as crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos. Além disso, o texto estabelece que os governantes devem trabalhar para ampliar a oferta de ensino integral.

Outra meta, que foi bastante reivindicada por especialistas e organizações da sociedade civil e está presente no PNE, é a valorização da carreira de professor. De acordo com o texto, até 2024 o governo deve equiparar os salários dos magistrados com os dos outros profissionais que tenham o mesmo grau de especialização.

O texto do PNE já passou pelo Senado. Com a aprovação na Câmara, ele segue direto para a sanção da presidente Dilma Rousseff.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: G1 Santa Catarina | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Enade | | Página: Online |



SANTA CATARINA



MEC publica edital do Enade 2014

*Prova será aplicada no dia 23 de novembro.
Confira a lista dos cursos que serão avaliados.*

O Ministério da Educação publicou nesta quarta-feira (4), no Diário Oficial da União, o edital com as regras do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2014 que será aplicado no dia 23 de novembro, às 13h (horário de Brasília).

A prova avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, e é obrigatória para obtenção do diploma. O Enade é aplicado, no máximo, a cada três anos para cada área do conhecimento.

Neste ano, serão avaliados os estudantes dos seguintes cursos:

Bacharel

Arquitetura e urbanismo, sistema de informação, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia de computação, engenharia de controle e automação, engenharia mecânica, engenharia química, engenharia de alimentos, engenharia de produção, engenharia ambiental, engenharia florestal, e engenharia.

Bacharel ou licenciatura

Ciência da computação, ciências biológicas, ciências sociais, filosofia, física, geografia, história, letras-português, matemática, e química.

Licenciatura

Artes visuais, educação física, letras-português e espanhol, letras-português e inglês, música, e pedagogia.

Tecnólogo

Análise e desenvolvimento de sistemas, automação industrial, gestão da produção industrial, e redes de computadores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Terão de fazer a prova os estudantes ingressantes que tenham iniciado o curso neste ano, os matriculados nos cursos de bacharelado com previsão de término até julho de 2015 e os alunos dos tecnólogos que vão concluir o curso até dezembro deste ano.

A inscrição no Enade é feita pelas instituições de ensino. Os alunos que não fizerem as provas terão de justificar a ausência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: G1 Santa Catarina | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Sisu | | Página: Online |



SANTA CATARINA



Inscrições para 51 mil vagas do Sisu terminam nesta quarta-feira

*Resultado da 1ª chamada do 2º semestre será divulgado nesta sexta (6).
Maior número de vagas foi aberto pela Universidade Federal Fluminense.*

As inscrições para a segunda edição de 2014 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) terminam às 23h59 desta quarta-feira (4). Para participar, é preciso acessar o site oficial do programa. Até as 19h de terça (3), o sistema registrava 861.405 candidatos inscritos.

Nesta edição, válida para o segundo semestre, serão oferecidas 51.412 vagas em 67 instituições de ensino superior. O Sisu é um processo seletivo que usa as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para selecionar estudantes em cursos de graduação de universidades federais e institutos tecnológicos. Para concorrer, é preciso ter feito o Enem em 2013 e obtido nota acima de zero na redação.

Cada candidato poderá escolher duas opções de vagas em qualquer instituição participante. Ao longo do período de inscrições, o sistema on-line informará diariamente a nota de corte.

Estudantes já podem consultar as vagas no site do Sisu (Foto: Reprodução)

Site do Sisu (Foto: Reprodução)

Cronograma

O resultado da primeira chamada do Sisu sairá nesta sexta-feira (6), e a matrícula poderá ser feita na semana que vem, de 9 a 13 de junho. Já a lista de classificados em segunda chamada será divulgada em 24 de junho. As matrículas para a segunda chamada vão de 27 de junho a 2 de julho.

A quantidade de vagas é 29% maior que o total oferecido em junho de 2013, segundo o ministro da Educação, Henrique Paim. Do total das vagas, 28.802 (56%) serão destinadas à ampla concorrência; 21.142 (41%) serão preenchidas pela lei de cotas e 1.468 (3%), por outras ações afirmativas do Ministério da Educação (MEC).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Das 67 instituições de ensino participantes (61 federais e seis estaduais), a Universidade Federal Fluminense (UFF) abriu a maior quantidade de vagas (4.259), seguida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, com 3.944), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, com 3.669) e pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, com 3.108).

Desta edição, participarão quatro novas instituições: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A maior quantidade de vagas está concentrada nos cursos de engenharia (8.707), pedagogia (1.368), administração (1.383) e ciências biológicas (1.377).

Paim disse que o aumento de vagas oferecidas pelo Sisu "confirma a expectativa que todos têm de credibilidade em torno desse processo de seleção unificada". "O estudante não precisa mais se deslocar para fazer mais de um processo seletivo. A partir do seu computador, ele tem acesso a 67 universidades", declarou o ministro durante entrevista coletiva em Brasília.

Veja as instituições participantes:

Acre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac).

Alagoas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Amapá: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap).

Bahia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba).

Ceará: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Distrito Federal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Espírito Santo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Goiás: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Maranhão: Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Minas Gerais: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais (IFSEMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IF Sul de Minas), Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Mato Grosso do Sul: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Pará: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

Paraíba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Pernambuco: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Piauí: Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Paraná: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/RJ), Centro Universitário Estadual da Zona Norte (Uezo), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Rio Grande do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Rondônia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Roraima: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Rio Grande do Sul: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs),



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Santa Catarina: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Sergipe: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

São Paulo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Tocantins: Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).



Veículo: Notícias do Dia - Joinville

Editoria: Brasil

Data: 04/06/2014

Assunto: PNE

Página: 24

Notícias do Dia

Repasse de 10% do PIB aprovado

Educação. Plano Nacional determina 20 metas, dentre elas a erradicação do analfabetismo

Com três anos de atraso, o Congresso aprovou ontem a versão definitiva do Plano Nacional de Educação, que destina ao setor um investimento público correspondente a 10% do PIB (Produto Interno Bruto), quase o dobro do valor atual. O plano traça metas que devem ser cumpridas por União, Estados e municípios, da creche à pós-graduação.

Enviado ao Congresso em 2010 pelo Ministério da Educação, foi aprovado em definitivo pela Câmara ontem – na semana passada, os deputados haviam votado um texto-base, deixando para depois a decisão sobre pontos mais polêmicos. Agora, o plano segue para a sanção da pre-

sidente Dilma Rousseff. Não há expectativa de veto de nenhum artigo importante do texto.

O percentual de 10% do PIB deve ser atingido gradualmente até 2024 – nos próximos cinco anos, a meta é chegar a 7%. Em 2012, ano com dado mais recente, o investimento total em educação foi de 6,4% do PIB. O texto não diz quanto cada esfera de governo deve gastar a mais nem prevê punição para o gestor que não cumprir meta.

Nesta terça, o Legislativo também emitiu a decisão final sobre quais despesas devem ser consideradas na soma dos 10%. Algumas entidades educacionais defendiam que não fossem incluídos no cálculo gastos em

programas como Fies e Prouni, que incentivam vagas no ensino privado. Prevaleceu, no entanto, a posição contrária: foram 269 votos a favor da inclusão, 118 contra e uma abstenção.

Os congressistas decidiram também manter a previsão de que a União complemente o orçamento de Estados e municípios que não atingirem valores por aluno considerados o mínimo necessário para um ensino de qualidade. A retirada desse trecho foi sugerida pelo PMDB na semana passada, com aval do PT, que temia despesas extras. No entanto, o governo mudou de posição temendo repercussão negativa em ano de eleição e decidiu manter o texto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia - Joinville

Editoria: Brasil

Data: 04/06/2014

Assunto: PNE

Página: 24

Notícias do Dia

Impacto dos gastos ainda desconhecido

Ainda não há uma estimativa oficial sobre o gasto extra que a União terá com o plano. O cálculo dos valores mínimos por aluno deverá ser definido em dois anos e deve levar em conta fatores como jornada escolar e remuneração dos professores. "Estamos criando um problema fiscal [para a União]. Estou em paz com minha consciência de ter feito um alerta do perigo

de uma medida que não foi suficientemente debatida", disse o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), autor do pedido de retirada do trecho.

O plano anterior teve vigência entre 2001 e 2010 e, desde então, o novo texto tramita no Congresso. O projeto traz objetivos que devem ser cumpridos até 2024. Alguns não estão muito distantes. Uma

delas, por exemplo, propõe a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Hoje, esses números são de 47,1 mil e 13,9 mil, respectivamente.

Outras metas são consideradas ousadas por especialistas. Uma é a erradicação do analfabetismo. Ela deveria ter sido cumprida em 2010, mas ainda há 8,7% de analfabetos na faixa de 15 anos ou mais no país.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: Folha de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: PNE | | Página: Online |

EM JORNAL E REVISTA DO BRASIL - N. 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

União terá de ajudar municípios e Estados para atingir meta do PNE, diz associação

Pesquisadores estimam que a União deverá desembolsar R\$ 46,4 bilhões ao ano para complementar o orçamento de Estados e municípios que não atingirem o valor mínimo por aluno estabelecido pelo PNE (Plano Nacional de Educação).

O valor corresponde a mais de um terço do orçamento atual do Ministério da Educação, de R\$ 112 bilhões.

O montante foi estimado em nota técnica da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), que considerou as matrículas na educação básica em 2011. O governo não divulgou estimativa oficial.

"União, Estados e municípios deverão redimensionar seus planos [orçamentários] e destinar mais recursos à educação", disse o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do PNE na Câmara.

Ele diz que é "premature" fazer uma estimativa sem a definição do custo mínimo por aluno. O valor será elaborado segundo quatro fatores: jornada escolar, número de estudantes por turma, corpo docente e infraestrutura.

O texto do PNE define prazo de dois anos para que a fórmula seja criada, mas não há garantia de que o custo será definido nesse período.

"Hoje ele é um consenso. É o primeiro passo para alcançar depois um padrão de qualidade mais próximo do verificado nos países mais desenvolvidos", disse Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para Cleuza Repulho, presidente da Undime (entidade que representa os secretários municipais de educação), o Plano Nacional de Educação será um "divisor de águas".

Ela pondera que o texto prevê que, a cada dois anos, o governo divulgue estudo sobre cumprimento das metas. "Não vamos esperar para ver se deu certo daqui a dez anos", diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Diretor-executivo da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Sólton Caldas defendeu a inclusão de programas como Fies e Prouni no cálculo do investimento em educação de 10% do PIB.

"No Brasil, há uma inversão: quem pode pagar, vai para a universidade pública, quem não pode é que vai para a privada. Se houvesse essa aprovação [sem incluir os dois programas], de novo essas pessoas ficariam de fora", argumentou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: Folha de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: PNE | | Página: Online |

EM JORNAL ATRIBUÍDO DE RESERVA * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Peso de Fies e Prouni nos 10% é 'muito pequeno', diz relator do PNE

A inclusão de programas como Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e Prouni (programa de bolsas para alunos de baixa renda) no cálculo dos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação tem impacto reduzido, defendeu nesta terça-feira (3) o relator do texto na Câmara, Angelo Vanhoni (PT-PR).

O plenário da Casa conclui na noite de hoje a votação do Plano Nacional de Educação, que define 20 metas para a área no prazo de dez anos. Os deputados acataram a inclusão desses programas no percentual do PIB para o setor —entidades como a UNE (União Nacional dos Estudantes) defendiam que o índice fosse exclusivamente para educação pública.

"Estamos falando de uma cifra de R\$ 13 bilhões. Os recursos dos quais estamos nos referindo são muito pequenos e estão ajudando no processo educacional brasileiro", disse Vanhoni. Considerando a previsão do PIB para 2014, o montante de 10% da produção nacional seria de R\$ 529 bilhões.

Os congressistas decidiram ainda manter a previsão de que a União complemente o orçamento de Estados e municípios que não atingirem o valor mínimo necessário para uma educação básica de qualidade. A retirada desse trecho foi sugerida pelo PMDB, com aval do PT.

O governo temia que o texto pudesse sobrecarregar o orçamento da União. No entanto, um acordo costurado hoje garantiu a manutenção do texto, que não deve ser vetado pelo Planalto.

O plano define 20 metas para o setor, desde a educação infantil até a pós-graduação.

Alguns objetivos almejados no plano não estão muito distantes da realidade atual. Outros, no entanto, parecem ousados para especialistas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Uma das metas, por exemplo, propõe a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Hoje, esses números são de 47,1 mil e 13,9 mil, respectivamente. O salto previsto será em ritmo inferior ao crescimento nos últimos dez anos.

O plano propõe ainda a erradicação do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais. O objetivo já estava no plano anterior e não foi alcançado. Hoje, o percentual é de 8,7%.

VEJA ABAIXO ALGUMAS METAS DO PLANO

1. Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos
2. Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada
3. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.
4. Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino
5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.
6. Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.
7. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
8. Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
9. Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
10. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
11. Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica
12. Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% PIB no 5º ano de vigência e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.



| | | |
|------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Sisu | | Página: 29 |

DIÁRIO CATARINENSE

Último dia de inscrições para o Sisu

Estudantes que pretendem pleitear uma vaga na universidade por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do governo federal, precisam se apressar. As inscrições para a segunda edição do ano da seleção que oferece vagas em instituições públicas de ensino se encerra às 23h59min de hoje, pela internet.

Para participar, é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado e não ter zerado a redação. No momento da matrícula, será necessário informar o número de inscrição e da senha usados no Enem 2013.

Cronograma

- **Prazo:** até as 23h59min de hoje, pelo site do Sisu (sisu.mec.gov.br)
- **Resultado** da 1ª chamada: sexta-feira
- **Matrícula** da 1ª chamada: de 9 e 13 de junho
- **Resultado** da 2ª chamada: 24 de junho
- **Matrícula** da 2ª chamada: de 24 de junho a 2 de julho
- **Convocação** dos candidatos da lista de espera: 14 de julho



Notícias do Dia

EDUCAÇÃO

Financiamento da Capital com BID é aprovado

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou ontem à noite o projeto que autoriza o financiamento entre a Prefeitura de Florianópolis e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no valor de US\$ 58,8 milhões (cerca de R\$ 130 milhões), para investimentos na área da educação. O prefeito Cesar Souza Júnior (PSD) e o secretário de Educação, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, acompanharam as votações em Brasília.

O convênio firmado entre a Prefeitura de Florianópolis e o BID é o primeiro que o organismo financeiro internacional estabelece com uma administração municipal brasileira para investimentos em educação. Como o financiamento prevê contrapartida da prefeitura igual ao volume de recursos aplicado pelo BID, o aporte financeiro na área educacional será, no total, de aproximadamente R\$ 260 milhões. "Enquanto muitas prefeituras buscam financiamentos para obras e asfalto, a nossa administração trabalha em prol da formação das crianças e adolescentes", disse o prefeito.

As verbas que vêm do BID serão integralmente utilizadas na construção de 25 novos CDIs (Centros de Desenvolvimento Infantil) e de dois grandes centros de educação integral, no Norte e no Sul da Ilha, na modernização das salas de aula e na capacitação de professores e educadores. Depois de aprovado no Senado, o projeto seguirá ainda para o Ministério da Fazenda, antes da assinatura do contrato. O secretário Rodolfo Pinto da Luz acredita que o financiamento do BID estará disponível ainda neste mês.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Cláudio Prisco

Data: 04/06/2014

Assunto: Visita presidente

Página: 19

A NOTÍCIA

DILMA EM SANTA CATARINA

Comunicado recebido pelo presidente estadual do PT, Cláudio Vignatti, confirma a agenda da presidente Dilma Rousseff na sexta-feira em Santa Catarina. Oficialmente, a passagem da petista pelo Estado será puramente administrativa. Segundo o Palácio do Planalto, ela estará no aniversário de 70 anos da Sadia, em Concórdia, a partir das 11 horas. Às 14h30, ela prestigia a formatura de uma turma do Pronatec em

Florianópolis, e às 16h30 vistoria a ponte de Laguna.

Nos bastidores, contudo, existe grande expectativa sobre a possibilidade de uma conversa político-eleitoral da presidente com Raimundo Colombo.

O governador vem sendo pressionado por correligionários a abandonar a nau petista devido à rejeição de Dilma no Estado.

A onda ganha força porque o PMDB catarinense também está dividido. Os delegados com direito

a voto vão decidir, na convenção do dia 29, se o partido declara apoio a Dilma Rousseff ou se libera seus líderes para escolherem um presidenciável de oposição, que parece ser a tendência atual.

Trocando em miúdos: a presidente, que sonhou com um palanque robusto a seu favor no Estado, além do apoio do PT catarinense, pode ter que se contentar única e exclusivamente com o trabalho de seus correligionários no Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Visor | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Florianópolis | | Página: 03 |

DIÁRIO CATARINENSE

Bolada para a educação

O Senado aprovou ontem o projeto que autoriza o financiamento entre a prefeitura de Florianópolis e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de U\$ 58 milhões (cerca de R\$ 130 milhões) para investimentos na área da educação. Foi o primeiro convenio firmado entre o BID e uma administração municipal com carimbo para a área.



Como o acordo prevê contrapartida da prefeitura igual ao volume de recursos aplicado pelo BID, o aporte financeiro na área educacional totalizará aproximadamente R\$ 260 milhões. As verbas serão integralmente utilizadas na construção de 25 novos centros de desenvolvimento infantil (CDI) e dois grandes centros de educação integral (no norte e no sul da Ilha). A votação exigiu empenho pessoal dos três senadores catarinenses em plenário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------|--------------------------------|-------------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Cacau Menezes | Data: 04/06/2014 |
| Assunto: Visita presidente | | Página: 54 |

DIÁRIO CATARINENSE

Grana pra Floripa

A visita oficial da presidente Dilma Rousseff a Santa Catarina nesta sexta-feira começa por Chapecó, depois Florianópolis e encerra-se com uma vistoria nas obras da nova ponte de Laguna. A passagem pela Capital, marcada para as 13h30min no Centrosul, tem tudo para ser histórica. Isso porque a presidente da República, além de participar de uma formatura de alunos do Pronatec, programa de profissionalização do governo federal, vai anunciar quais obras de mobilidade do pacote de projetos orçado em R\$ 1 bilhão, apresentado em maio pelo prefeito Cesar Souza Junior, serão contempladas com financiamento da União.

O Serviço Secreto do Cacau apurou que Dilma vai confirmar o repasse de R\$ 470 milhões, isso mesmo, quase meio bilhão, exclusivamente para obras de mobilidade na Capital. Será o maior volume de recursos já repassado para Florianópolis de uma vez.